

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**PROCESSO DE TRABALHO, PROCESSO DE VALORIZAÇÃO, CAPITAL
CONSTANTE E CAPITAL VARIÁVEL
(TEXTO DIDÁTICO)**

PROF. MSC. PAULO SÉRGIO SOUZA FERREIRA
JUNHO DE 2015

O PROCESSO DE TRABALHO

A utilização da força de trabalho é o trabalho propriamente dito e o consumo dessa força pelo comprador (capitalista) só é possível quando ele faz o vendedor dela (o trabalhador) executar o trabalho (ato de trabalhar). Somente durante o ato de trabalhar é que a força de trabalho torna-se realmente ativa, em contraste com sua potência (quando era somente possibilidade).

No processo de trabalho, o trabalhador representa seu trabalho em mercadorias, em espécies determinadas de valores de uso. A produção desses valores de uso específicos não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista ou não. Por conseguinte, na análise do processo de trabalho deve se abstrair, inicialmente, as formas sociais específicas, nas quais ele é conduzido.

O processo de trabalho é, antes de tudo, o intercâmbio entre o homem e a natureza. Nessa ação, o homem medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. A matéria natural apresenta-se perante o homem como uma força natural (ela lhe apresenta obstáculos). Daí ele põe em jogo sua própria força natural (cabeça, pés, mãos e cabeça), a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil a ele. Na transformação da Natureza externa (meio em que ele vive), ele modifica, ao mesmo tempo, sua natureza interna. Ou seja, o homem desenvolve suas próprias potencialidades e sujeita suas forças ao seu próprio domínio.

Essa operação em que o homem transforma a Natureza externa para a produção de produtos essenciais à sua vida, não é um ato meramente instintivo, tal como nos demais animais (aranha e abelha foram os exemplos oferecidos por Marx). Trata-se de um ato em que o trabalhador antecipa em sua cabeça (idealmente) o resultado de sua atividade produtiva, antes de sua concretização. *Ele não apenas efetua a transformação da natureza externa, mas, ao mesmo tempo, realiza nela seu objetivo.* Ele (o objetivo) determina como uma espécie de lei, o tipo de produto a ser produzido e o modo de sua atividade produtiva, ao qual se subordina sua vontade. Os elementos simples do processo de trabalho são: (1) a atividade orientada a um fim; (2) o trabalho, seu objeto e meios.

A terra é o objeto geral do trabalho humano e já se encontra disponível na Natureza. Todas as coisas, que o trabalho só afasta de sua conexão direta com a terra são objetos de trabalho preexistentes na natureza. Por exemplo: os peixes, a água, o minério, a madeira, etc. No entanto, se o objeto de trabalho é obtido por meio de

trabalho humano anterior, então, temos a *matéria-prima*. Daí que toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima (por exemplo, a madeira que se retira das florestas virgens). O objeto de trabalho torna-se matéria-prima somente quando sofre modificação mediada pelo trabalho humano (caso do minério arrancado de seu filão e que vai ser lavado).

O *meio de trabalho* é uma coisa ou complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si e o objeto de trabalho. Ele serve como fio condutor ao trabalhador em sua atividade sobre o objeto de trabalho. A terra é o arsenal original do homem de meios de trabalho, pois fornece a pedra que ele lança, raspa, corta, etc. Se o processo de trabalho alcança determinado nível de desenvolvimento, ele necessita de meios de trabalho já previamente trabalhados como, por exemplo, o animal domesticado, pedra e ossos trabalhados. Esses últimos foram encontrados nas cavernas humanas mais antigas.

O uso e a criação de meios de trabalho caracterizam o processo de trabalho especificamente humano. Ou seja, não é o que se faz, mas como e com que meios se faz é o que distingue as diferentes épocas econômicas. *Os meios de trabalho não apenas medem o grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicam as condições sociais em que se trabalha.*

Além dos meios que servem de fio condutor da atividade produtiva sobre o objeto de trabalho, o processo de trabalho também conta entre seus meios com as condições objetivas que são exigidas para que o processo se realize. O meio geral desse tipo é a própria terra, pois ela possibilita o campo de ação (locus) em que o trabalhador efetua sua atividade. Temos os seguintes meios de trabalho desse tipo: edifícios, canais, estradas, etc.

Em suma, no processo de trabalho a atividade produtiva do homem efetua mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho. Tal processo se extingue com a criação do produto (valor de uso). Considerado do ponto de vista do produto, *o meio de trabalho e o objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho aparece como trabalho produtivo.*

Um mesmo valor de uso pode sair de um processo de trabalho como produto e entrar em outro processo de trabalho como meio de produção. Por isso, produtos não são apenas resultados, mas, ao mesmo tempo, condições de outros processos de trabalho.

Todos os ramos industriais processam objetos de trabalho que são matérias-primas. A indústria extrativa constitui exceção, por que o objeto de trabalho já existe

sem a mediação do trabalho humano (é o caso da mineração, caça, pesca, etc.). A matéria-prima pode ser a substância principal de um produto ou só entrar em sua formação como matéria auxiliar.

A circunstância de um valor de uso qualquer aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto depende de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que nele ocupa. Com a mudança de sua posição variam tais determinantes.

Na atividade produtiva, o trabalho gasta os elementos materiais (meios de trabalho e objeto de trabalho) e, por isso, é um processo de consumo. O consumo produtivo distingue-se do consumo individual. No consumo individual, os produtos são consumidos como meios de subsistência do indivíduo e o produto do consumo individual é o próprio consumidor (a manutenção de sua vida). No consumo produtivo, consomem-se os produtos como meio de subsistência do trabalho, da força de trabalho ativa (em ação), e o seu resultado é um produto distinto do consumidor.

Em suma, o processo de trabalho abstraído das suas formas sociais específicas é uma atividade orientada para a produção de valores de uso, apropriação da matéria natural para a satisfação das necessidades humanas, condição do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição vital e eterna da vida humana. Por conseguinte, nessa dimensão é comum a todas as formas de sociedade.

O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO

Os produtos ou valores de uso são propriedade do capitalista. No entanto, ele não fabrica as diferentes espécies de mercadorias por causa delas mesmas. Sua produção deve-se ao fato de que elas são portadores materiais do valor de troca.

Na análise do processo de trabalho considerou-se apenas uma dimensão do processo de reprodução material da sociedade. Na produção de mercadorias (ela encerra em si a unidade do valor de uso e do valor), tal processo deve ser encarado como a unidade do processo de trabalho e do processo de formação do valor.

Na formação do valor dos produtos, entra não só o tempo de trabalho incorporado à produção de uma mercadoria em particular, mas também os trabalhos incorporados na produção das matérias-primas e dos meios de trabalho, que são indispensáveis à sua produção. Por exemplo, no valor total do fio produzido incorpora-se também o valor do algodão e dos fusos que auxiliam em sua produção.

Na consideração do valor de uma mercadoria qualquer (fio, por exemplo), os diferentes processos de trabalho, que estão separados no tempo e no espaço, têm que ser percorridos e, por isso, podem ser considerados como fases sucessivas do mesmo processo de trabalho. Por exemplo, o processo de trabalho do fuso e do algodão são partes sucessivas e integrantes do processo de trabalho do fio (são suas partes integrantes e sucessivas). *Isto é, todo trabalho incorporado no fio ou em qualquer outra mercadoria é trabalho passado.* Pode-se considerar o tempo de trabalho despendido nas matérias-primas e no meio de trabalho, como tempo de trabalho despendido em fase anterior do processo de fiação.

Por conseguinte, os valores do fuso e do algodão são partes integrantes do valor do fio. Para tanto, duas são as condições necessárias: (1) os meios de produção devem ter servido realmente à produção da mercadoria em questão; e (2) que somente o tempo de trabalho socialmente necessário foi aplicado na produção do valor de uso.

A outra parte do valor da mercadoria é a que acrescenta o próprio trabalhador empenhado nesse processo de produção específico. No caso do fio, trata-se do valor incorporado pelo fiandeiro na produção dessa espécie de valor de uso.

Do ponto de vista do processo de trabalho, o trabalho do fiandeiro é totalmente distinto do trabalho do produtor de algodão, de fusos ou de qualquer outra espécie particular de trabalho. Isso pode ser percebido pelo seu modo particular de operar, pela natureza peculiar de seus meios de produção, e em seu valor de uso particular. No entanto, enquanto trabalho que cria valor não difere em nada das outras espécies particulares de trabalho (marceneiro, pedreiro, produtor de algodão, etc.). Nessa qualidade, só difere quantitativamente e os diferentes tipos de trabalho formam apenas partes alíquotas do valor total da mesma mercadoria.

Do ponto de vista do valor, a matéria-prima e o produto são analisados apenas do ponto de vista do **quantum** determinado de trabalho socialmente necessário que eles absorvem. No produto final (no caso, o fio), mede-se apenas a quantidade de trabalho humano abstrato e objetivado nos meios de produção (algodão e fusos), a qual é transferida ao fio. Além disso, a quantidade adicionada pelo trabalho do próprio produtor do fio (o fiandeiro).

No entanto, o valor total incorporado na mercadoria fio pelo algodão, fusos e o trabalho do próprio fiandeiro apenas repõe o capital adiantado pelo capitalista que investe seu dinheiro nessa esfera particular de negócios. Ou seja, ele não se valorizou.

Sua valorização é possível pelo fato de que o valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são coisas inteiramente distintas. Ou seja, seus custos e seu dispêndio diário são grandezas totalmente diversas. Dessa diferença é que surge a mais-valia, ou seja, a parte da jornada de trabalho que se constitui trabalho não pago e embolsado pelo capitalista. Em suma, o decisivo é que a força de trabalho é a fonte criadora de valor e de mais-valor, e isso constitui o seu valor de uso específico quando se considera o processo de trabalho, do ponto de vista do processo de valorização. O vendedor da força de trabalho aliena o seu valor de uso em troca de seu valor de troca, que assume a forma de salário. E essa troca não viola as leis do intercâmbio de mercadorias, pois o valor da força de trabalho é pago de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzi-la.

O trabalhador encontra pronto na fábrica uma quantidade de meios de produção, que ultrapassa o tempo necessário para a reprodução do valor de sua força de trabalho nas condições sociais médias. Por exemplo, se o valor de sua força de trabalho se reproduz em 6 horas numa jornada de trabalho diária, mas a jornada total dura 12 horas, então, nas 6 horas de trabalho restantes o valor criado pela força de trabalho nesse período excedente será apropriado pelo capitalista. Daí que ao invés de mobilizar quantidade suficiente de meios de produção para apenas 6 horas de trabalho (10 libras de algodão), ele comprará quantidade suficiente para uma jornada diária de 12 horas (20 libras de algodão). Ou seja, ao invés de 10 libras de algodão, que se transformarão em 10 libras de fio, serão transformadas 20 libras de algodão em 20 libras de fio.

Dessa forma, dinheiro transformou-se em capital. Mais dinheiro foi retirado da circulação, do que em comparação ao que foi lançado nela para a compra de meios de produção e de força de trabalho, por meio da adição de mais-valia apropriada pelo capitalista.

Marx descreve o processo de valorização da seguinte forma:

O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a “trabalhar” como se tivesse amor no corpo¹.

¹ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1. Coleção Os Economistas, p.160-61. Do original: MARX, Karl. *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*. Hamburgo, 1890.

O *processo de formação de valor* é aquele que dura até o ponto em que o valor da força de trabalho é substituído por um novo equivalente em mercadorias produzidas. Se ultrapassar este ponto, *torna-se processo de valorização*. Na comparação com o processo de trabalho, o processo de formação de valor apresenta-se apenas do ponto de vista quantitativo (o trabalho considerado apenas do ponto de vista de sua duração e não de forma concreta, útil).

A diferença obtida entre os diferentes aspectos do processo produtivo (processo de trabalho e processo de valorização) é a mesma que existe entre o trabalho criador de valor de uso e o que cria valor.

Marx define o processo de produção capitalista como a unidade do processo de trabalho e do processo de valorização. Ele não é apenas processo de formação de valor tal como na circulação simples de mercadorias. Vejamos:

Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista de produção de mercadorias².

CAPITAL CONSTANTE E CAPITAL VARIÁVEL

Os diferentes elementos do processo produtivo (meios de produção e força de trabalho) exercem papéis distintos na formação do valor da mercadoria produzida. No ato de produção, o trabalhador acrescenta novo valor ao produto criado e, ao mesmo tempo, conserva o valor dos meios de produção utilizados na produção de um valor de uso qualquer. Essa dualidade (criação de novo valor e conservação do antigo valor) ocorre devido à dualidade do próprio trabalho. Ou seja, o trabalhador não trabalha duas vezes, pois no mesmo instante de tempo, o trabalho tem de gerar valor e conservar o antigo.

A criação de novo valor só é possível sob a forma de uma atividade laboral específica (tecelão, ferreiro, marceneiro, etc.). Mediante a sua forma específica, o trabalho concreto ou útil torna os meios de produção elementos constituintes de um novo produto ou valor de uso. A forma antiga dos meios de produção desaparece para dar lugar a uma nova (nova mercadoria produzida). O tempo de trabalho (passado) que

² MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1. Coleção Os Economistas, p.162. Do original: MARX, Karl. *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*. Hamburgo, 1890.

foi despendido na produção dos meios de produção, os quais servem à produção do novo produto, é somado ao tempo de trabalhado requerido para a produção da nova mercadoria. Essa conservação do valor dos meios de produção só é possível por causa da forma concreta do trabalho que produz o novo bem. Ou seja, não se leva em consideração na transferência do valor dos meios de produção ao novo produto o caráter abstrato geral do trabalho humano, mas sim sua forma específica (ferreiro, marceneiro, tecelão, etc.). Inversamente, quando se leva em consideração o trabalho abstrato, o trabalhador cria novo valor no processo produtivo.

Essa dualidade de resultados na formação do valor do produto é expressa da seguinte maneira por Karl Marx:

Se o trabalho específico produtivo do trabalhador não fosse o de fiar, ele não transformaria o algodão em fio e, portanto, não transferiria os valores do algodão e do fuso ao fio. Se, no entanto, o mesmo trabalhador mudar de profissão e se tornar marceneiro, agregará, depois como antes, valor a seu material mediante uma jornada de trabalho. Agrega valor, portanto, mediante seu trabalho não por ser trabalho de fiação ou de marcenaria, mas por ser trabalho abstrato, social geral, e agrega determinada grandeza de valor não por ter seu trabalho um conteúdo particular, útil, mas porque dura um determinado tempo. Portanto, em virtude de sua propriedade abstrata, geral, como dispêndio de força de trabalho humana, o trabalho do fiandeiro agrega novo valor aos valores do algodão e do fuso, e em virtude de sua propriedade concreta, específica, útil, como processo de fiação, transfere o valor desses meios de produção ao produto e recebe assim seu valor no produto. Daí a dualidade do seu resultado no mesmo instante³.

Esse caráter dual do trabalho (trabalho que, ao mesmo tempo, conserva e cria novo valor), pode ser ilustrado através do seguinte exemplo: No caso de uma nova invenção, que capacite um fiandeiro a fiar em 6 horas a quantidade de algodão que antes fiava em 36 horas. Do ponto de vista da modalidade específica do trabalho (trabalho concreto), o seu produto agora é 6 vezes maior em qualquer instante de tempo, em comparação com o método de produção antigo. No entanto, nas 36 libras de fio são adicionados o mesmo *quantum* em valor (novo valor criado) que antes eram adicionados em 6 libras de fio. Por sua vez, existe uma quantidade de meios de produção (algodão e fusos) que é 6 vezes maior nas 36 libras de fio em comparação com o que era utilizado com o método de produção arcaico. Isto é, uma quantidade seis vezes maior em meios de produção é conservada e transferida ao novo produto.

Resultado: nas 36 libras de fio, temos, por um lado, criação de novo valor que equivale

³ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1. Coleção Os Economistas, p.166. Do original: MARX, Karl. *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*. Hamburgo, 1890.

a 1/6 da quantidade anteriormente adicionada e, por outro lado, uma quantidade em meios de produção transferida e conservada no novo produto que é 6 vezes maior.

Os fatores objetivos do processo de trabalho (meios de produção) comportam-se de maneira distinta no que diz respeito à transferência de valor ao novo produto criado. Matérias-primas e matérias auxiliares perdem a forma corpórea com que entraram no processo de trabalho (elas desaparecem sem deixar vestígios). Caso diferente acontece com os meios de trabalho: eles mantêm a sua forma corpórea no processo de trabalho, ou seja, continuam com a mesma forma. Esse é o caso de máquinas, edifícios, instrumentos, etc. A sua utilização (período de vida) compreende um número maior ou menor de processos de trabalho, de acordo com o tempo que colabora na elaboração do novo produto.

No caso dos meios de trabalho, a diferença entre processo de trabalho e processo de valorização aqui se torna nítida. A transferência de seu valor é parcial (de acordo com seu tempo de depreciação). Por exemplo, no caso de uma máquina que custa 1000 e seu tempo de depreciação é de 100 dias, então, ele transferirá ao novo produto criado diariamente, um montante igual a 10. Por sua vez, o meio de trabalho entra por inteiro na atividade produtiva. Em suma, ele entra inteiro no processo de trabalho e somente em parte no processo de formação de valor.

Por outro lado, os meios de produção podem entrar totalmente no processo de valorização e só em parte no processo de trabalho. Vejamos: a cada 115 libras de algodão que são fiadas, somente 100 são aproveitadas. Ou seja, as 15 libras de algodão não fiadas constituem desperdício, mas são inseparáveis da elaboração média do algodão. Nesse caso, o valor total de 115 é transferido a nova mercadoria produzida, mas somente 100 libras de algodão entraram no processo de trabalho para serem fiadas.

O valor das máquinas, matérias-primas e matérias auxiliares não é determinado pelo processo de trabalho em que entram como meio de produção, mas sim pelo processo de trabalho que saem como produto. No entanto, isso só é possível porque a força de trabalho tem o dom natural de conservar valor, no mesmo momento em que agrega novo valor.

O valor dos meios de produção não é reproduzido, mas apenas conservado no novo valor de uso. Daí que a parte do capital que se converte em meios de produção chama-se *capital constante*.

A parte do capital que se converte em força de trabalho tem a função de criar novo valor no processo produtivo. Por um lado, ela reproduz o valor do capital

adiantado pelo capitalista na compra da força de trabalho (nesse caso, a substituição de um valor pelo outro é mediada pela criação de novo valor). A outra parte diz respeito ao valor excedente ou mais-valia que pode variar para mais ou para menos. Nesse caso, trata-se do *capital variável*.

Em suma, as partes componentes do processo de produção, que do ponto de vista do processo de trabalho divide-se em elementos objetivos (meios de produção) e subjetivos (força de trabalho), do ponto de vista do processo de valorização divide-se em: (1) capital constante; (2) capital variável.

BIBLIOGRAFIA

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1. Coleção Os Economistas. Do original: MARX, Karl. *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie*. Hamburgo, 1890.